

A TV digital divulgada no boletim eletrônico do FNDC: um estudo sobre o comportamento da mídia na implantação da TV digital no Brasil¹

Roni Petterson de Miranda PACHECO2
Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR

Resumo:

O texto discute a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital a partir do *clipping* on-line do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Para tanto, optou-se por uma pesquisa de base quantitativa na qual as informações e os dados coletados levaram à constatação de que o FNDC se mostra pouco eficaz como aparato crítico-apreciativo da grande mídia, além de não cumprir alguns de seus objetivos ao reproduzir discursos e ideologias de outros veículos. Da mesma forma, verificou-se ainda que o Governo Federal também fugiu aos objetivos listados nos decretos presidenciais que instituem e dispõem sobre a implantação do SBTVD.

Palavras-chave: TV digital, FNDC – *clipping* on-line, SBTVD – implantação, Interatividade, processos comunicacionais.

Introdução

O Fórum Nacional pela Democratização realiza um trabalho de mapeamento dos grupos de mídia existentes no Brasil, conhecido como os “*Donos da Mídia*” que traz dados sobre a concentração destes grupos nas mãos de poucas famílias – estruturados principalmente a partir das redes nacionais de televisão –, sobre os políticos que possuem participação direta em emissoras de rádio e TV (o que é proibido por lei) e critica a falta de pluralismo das fontes de informação um dos pilares fundamentais para a uma sociedade democrática. Envia de duas a três vezes por semana o *clipping* on-line para mais de 3800 pessoas entre eles políticos, jornalistas, estudantes, pesquisadores e instituições. O *clipping* on-line é elaborado pela consulta de mais de 106 veículos de comunicação nacional e internacional. Pela abrangência de informações possibilitadas na leitura do *clipping* on-line enviado pelo FNDC se pode concluir que essa instituição mostra-se como uma excelente fonte de estudo para analisar a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD).

¹ Trabalho apresentado no GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do Curso de Comunicação Social/ habilitação em Jornalismo da UFRR, email: ronipetterson@ccos.ufrr.br

O tema é pertinente devido ao atual cenário brasileiro no qual, seguindo uma tendência mundial, o sistema analógico de teledifusão começa a ser substituído pelo digital. Sob a ótica governamental, a nova TV também é uma ferramenta funcional para as iniciativas de inclusão digital, apresentando caracteres úteis para fins educativos, artísticos e culturais, permitindo inclusive a regionalização da programação e a inserção de novos atores na radiodifusão. Isso significa, também, o aumento da produção independente.

Este estudo tem como foco analisar a forma pela qual o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação apresentou a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Metodologia

Para se chegar às considerações abaixo, o pesquisador coletou os *clippings* on-line do fórum de novembro de 2007 a junho de 2008, colecionando um total de 140 deles e acumulando um universo de 455 notícias relacionadas ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital e à TV digital. Desse número foram extraídas 80 matérias jornalísticas para análise. A escolha do período não foi aleatória, compreendendo, na verdade, os sete primeiros meses de implantação do SBTVD.

Vale ressaltar que a implantação da TV digital no Brasil aconteceu no dia 02 de dezembro de 2007. No entanto, no mês anterior foi possível verificar um alto índice de publicação de matérias relacionadas ao tema abordado neste trabalho. Daí a inclusão do mês de novembro no período de análises

Para selecionar quais matérias jornalísticas seriam pesquisadas optou-se pelo procedimento estatístico de uma amostragem probabilística. Segundo Levin (1987, p.113), “ela se constitui de um número menor de sujeitos tirados de uma determinada população”, o que a configura como rigorosamente científica e baseada nas leis fundamentais da amostragem.

A amostragem se fundamenta em leis estatísticas que lhe conferem fundamentação científica: a lei dos grandes números, a lei da regularidade estatística, a lei da inércia dos grandes números e a lei da permanência dos pequenos números³ (GIL, 2006, p. 100).

³ A lei dos grandes números afirma que, se numa prova a probabilidade de um evento p , e se este se repete grande número de vezes, a relação entre as vezes que se produz o sucesso e a quantidade total de provas, ou seja f , tende a aproximar-se cada vez mais da probabilidade p . Ou, em outras palavras, se o número de provas é suficiente grande, torna-se altamente improvável que a diferença entre f e p seja significativa. A lei da regularidade estatística indica que um conjunto de n unidades tomadas ao acaso de um conjunto N terá provavelmente as características do grupo maior; A lei da inércia dos grandes números assegura que, na maioria dos fenômenos, quando uma parte varia numa direção, é provável que parte igual do mesmo grupo varie em

Segundo Ruótulo⁴, para se extrair uma amostra de um universo finito⁵ é necessário que, no mínimo, 11% do universo seja pesquisado – desde que o número seja igual ou superior a 35 para ter validade estatística.

Dessa forma seria suficiente pesquisar 50 matérias jornalísticas, mas para se obter uma margem de erro menor nas generalizações, optou-se por uma amostra maior. “Estes resultados apresentam sempre um erro de medição, que diminui na proporção em que aumenta o tamanho da amostra. [...] Nas pesquisas sociais trabalha-se usualmente com uma estimativa de erro entre 3 e 5%” (GIL, 1999, p. 105). De acordo com Ruótulo⁶, portanto, 80 (oitenta) configura uma amostra probabilística do tipo aleatória simples que representa eficazmente o universo das 455 matérias com uma margem de erro máximo de 5% e grau de confiança de 95%.

Para estudar os dados coletados, utilizou-se a Análise de Conteúdo, a qual de acordo Henry e Moscovici (apud BARDIN, 1977, p.33) “tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido à análise de conteúdo”. Para respeitar as características do método escolhido, foram criadas cinco categorias de análise: **Categoria Aspectos Técnicos**, que se subdivide nas subcategorias “Conversor (*Set-Top Box*)”, “Interatividade”, “Celular com TV Digital”, “TVs de Alta Definição (TV de LCD ou Plasma)”, “Sistema/Padrão e ou Modelo”, “Mobilidade,” “Multiprogramação”, “Início das transmissões” e “Alta Definição”; **Categoria Aspectos Sociais**, que se subdivide nas subcategorias: “Inclusão Social”, “Democratização da Informação/Comunicação”, “Financiamento para o Cidadão”, “Conteúdo”; **Categoria Aspectos Políticos e Econômicos**, que se subdivide nas subcategorias “Benefícios Fiscais e/ou Isenção Tributária”, “Linhas de Financiamento/Crédito (destinados às empresas)”; **Categoria Aspectos Legais**, que traz incipiente o tópico “Frequência de canais” e “Regulamentação”; **Categoria “Outros”**, que abrigou matérias jornalísticas com temas como estímulo à pesquisa, orientação ao consumidor, Inmetro/normatização, modulador 100% nacional, fábrica de semicondutores, nova campanha para esclarecimento do SBTVD, TV por assinatura, SBTVD no Chile e IPTV.

direção oposta; A lei da permanência dos pequenos números diz que, se uma amostra de igual magnitude deverá ser semelhante à primeira. Assim, se na primeira amostra são encontrados poucos indivíduos com características raras, é de esperar que na segunda sejam encontrados em igual proporção.

⁴ Informação verbal dada em sala de aula na Universidade Metodista de São Paulo localizada em São Bernardo do Campo – SP em dezembro de 2008.

⁵ População finita e quando a população pesquisada não supera 100.000 elementos, (GIL, 2006, p. 107)

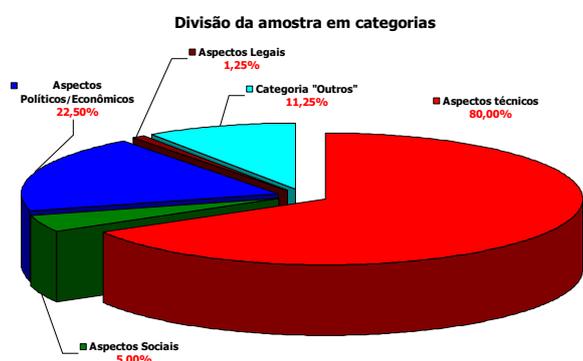
⁶ Informação verbal dada na Universidade Metodista de São Paulo na disciplina “Metodologia Científica 2” no primeiro semestre de 2008.

Cabe lembrar que as análises de conteúdo devem ser exaustivas, esgotando a totalidade do texto (BARDIN, 1977, p. 36). Ao seguir tal orientação, achou-se necessário criar a categoria “Outros”, complementando as demais.

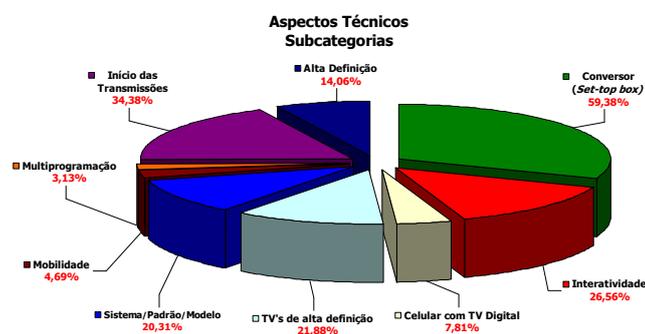
O FNDC e a implantação da TV Digital no Brasil

No que tange às notícias sobre o processo de implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, pode-se inferir que muitas informações foram pouco divulgadas, ficando ocultas até. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – através de seus representantes – ao realizar a escolha das notícias que compuseram os *clippings on-line* da instituição, foi condescendente à grande mídia e enviou a maioria das matérias jornalísticas (80% delas) com foco nos aspectos técnicos do SBTVD. Destaque para a subcategoria “Conversor”, que obteve 59,38% de todas as notícias incluídas na categoria “Aspectos Técnicos”, e teve como ponto-chave “o preço” desses aparelhos.

QUADRO 1



QUADRO 2



Como relatado anteriormente, o desenvolvimento de um padrão de TV Digital 100% nacional não foi sequer mencionada pelo Fórum, e deveria ser considerado importante, já que foram investidos R\$ 38 dos R\$ 80 milhões⁷ prometidos pelo Governo para criação de um sistema brasileiro. O projeto, porém, foi suspenso.

[...] as universidades reclamam que o dinheiro investido em pesquisas pode se perder se não for garantida a continuidade do desenvolvimento tecnológico e a sua transformação em produtos industrializados, (INTERVOZES, 2006, p. 02).

⁷ INTERVOZES. Informativo Intervezes. Disponível em: <http://www.intervezes.org.br/publicacoes/revistas-cartilhas-e-manuais/TVDigital.pdf/view>. Acesso em: 01 jan. 2009.

Assim, poucas pessoas foram informadas sobre a possibilidade de um sistema de TV Digital genuíno, e muito menos sobre o dinheiro gasto com seu desenvolvimento. O FNDC, como mencionado em seu estatuto social, se propõe a representar os setores da sociedade civil que assumam a importância da área das comunicações para a construção da democracia e da cidadania. Assim, figura como grupo que se organiza para lutar por políticas públicas e democráticas de comunicação, por legislação, direitos reconhecidos jurídica e institucionalmente. No entanto, ao deixar de abordar os aspectos citados acima, deixou de cumprir com três dos seus objetivos: fomentar a democratização da informação, estimular a elaboração teórica, técnico-científica e política sobre as comunicações; estimular o desenvolvimento dos sistemas de comunicação e a inserção destes no contexto internacional visando à autonomia estratégica e à soberania do país.

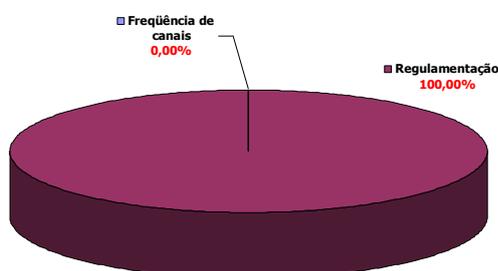
Ao replicar em maior quantidade as informações técnicas publicadas pela mídia de massa, ao invés de apresentar contrapontos a elas, minimizou os efeitos dessa mudança tecnológica. Dessa forma, parte do público pode não ter sido estimulado a participar dos debates relativos ao SBTVD, dado o caráter técnico reportado. Como consequência, decisões como a escolha do melhor padrão para o Brasil que, segundo a associação Intervezes (2005, p. 02) “pode ser um instrumento que impulse nosso desenvolvimento social, cultural, político e econômico”, não tiveram os devidos reconhecimento e participação social.

Outra questão a ser frisada é o fato de a escolha do padrão de TV Digital implicar diretamente no aumento do número de emissoras de programação, já que as tecnologias aperfeiçoam o aproveitamento do espectro de radiofrequência e não foi mencionada nos clippings on-line do Fórum como mostra o quadro 3.

Se levarmos em conta que a TV digital irá ocupar o espaço que vai do canal 7 do VHF ao 69 do UHF, veremos que se torna perfeitamente possível a ampliação dos emissores de programação e, assim, a ampliação significativa dos produtores de conteúdo televisivo. Assim, além dos operadores privados e estatais, também sindicatos, associações, ONGs, movimentos sociais e emissoras geridas coletivamente poderiam ter seus canais (INTERVOZES, 2005, p. 02).

QUADRO 3

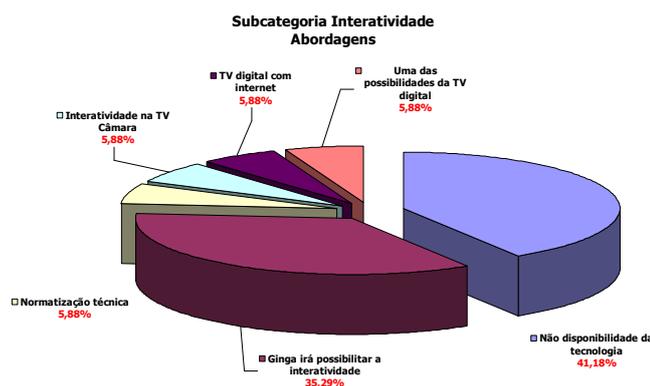
Subcategorias Aspectos Legais



Mostra-se, assim, que o Estado não cumpriu com um dos objetivos do Decreto 4091, que é “estimular a evolução das atuais exploradoras de serviço de televisão analógica, bem assim o ingresso de novas empresas, propiciando a expansão do setor e possibilitando o desenvolvimento de inúmeros serviços decorrentes da tecnologia digital”. Enquanto isso, o FNDC deixou também de fomentar, por todas suas instancias e meios, a democratização da informação. Isso porque sustentou, através da replicação das notícias da mídia tradicional, um discurso que privilegia a concentração dos meios de comunicação de massa e não a entrada de novos atores.

As notícias disponibilizadas pelo Fórum relativas à interatividade abordaram, em sua maioria, “a não disponibilidade da tecnologia no início da implantação do SBTVD” e a expectativa de que “o software Ginga poderá possibilitá-la”.

QUADRO 4



A utilização deste serviço é o que possibilitaria ao Governo propiciar aos cidadãos a inclusão digital, conforme previsto nos objetivos I e II do Decreto Presidencial 4901 (BRASIL, 2003), sendo eles: promover a inclusão social, a diversidade cultural do país e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação; propiciar a criação da rede universal de educação a distância.

Existem vários níveis de interatividade. Dependendo dele, muitos serviços podem ser prestados com objetivos comerciais e sociais como votações, transações bancárias e comércio. Para isso, é necessária a existência de um canal de retorno que possibilite aos telespectadores interagir de forma ativa com as emissoras. Conforme Ricardo Benetton, do CPqD (INTERVOZES, 2005, p. 08)

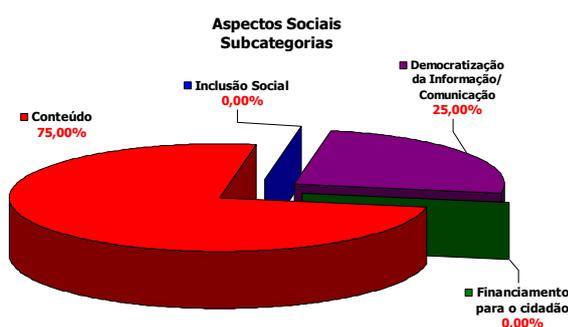
Hoje existe uma série de tecnologias para o canal de retorno [...]. O canal de retorno deve ser heterogêneo, com cada lugar ou usuário podendo escolher a tecnologia que mais se adapte às suas necessidades. Ele cita como

possibilidades de canal de retorno o telefone (fixo ou celular) para grandes centros urbanos, o satélite para locais afastados e a própria radiodifusão para cidades menores, onde há espaço no espectro para ser utilizado.

Pelas informações divulgadas no *clipping* on-line do FNDC, essa discussão não chegou ao público geral e essa questão ainda não foi resolvida, afinal não se sabe ainda qual será o canal de retorno utilizado e se ele será pago. “A TV entra no jogo da convergência em desvantagem: sua rede é unidirecional, e depende da infraestrutura de uma operadora de telecomunicações para se tornar interativa, para receber informações da casa do telespectador e para servi-lo com conteúdo personalizado” (CRUZ, 2009, p. 01)⁸.

As notícias divulgadas pelo FNDC através do *clipping* on-line pautaram aspectos sociais em apenas três ocasiões. Assim, temas importantes como inclusão social e financiamento para o cidadão sequer foram incluídos nas notícias selecionadas pela instituição.

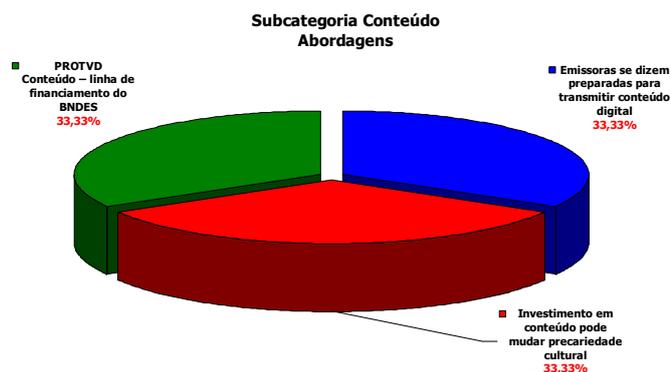
QUADRO 5



As incidências de matérias jornalísticas relacionadas à “Democratização da Informação e/ou Comunicação” e “Conteúdo”, somadas, apresentaram quatro notícias com abordagem muito aquém do papel que o FNDC se propõe a realizar. A abordagem encontrada na matéria tradicional relativa à “democratização da comunicação” teve como enfoque “uma futura possibilidade de interatividade entre cidadão e os deputados com a transmissão em sinal digital da TV Câmara”. Já os enfoques das notícias relativas à subcategoria “Conteúdo” trataram da “linha de financiamento do BNDES para fomentar a produção de conteúdo”, do fato de as emissoras se dizerem “preparadas para transmitir conteúdo digital” e da “necessidade de maior investimento em conteúdo para mudar a precariedade cultural”.

⁸ CRUZ, Renato. **TV digital no Brasil**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/tvdigital/>>. Acesso em: 26 jan. 2009

QUADRO 6



As matérias jornalísticas que poderiam trazer informações importantes relacionadas a aspectos sociais tais como enfoque ao aumento da diversidade da programação com a entrada de novas emissoras no mercado de radiodifusão, o estímulo à produção independente, de caráter nacional e regional, a regulamentação e criação dos serviços interativos que favoreceriam o desenvolvimento cultural e social não foram priorizadas na elaboração dos *clippings* da instituição.

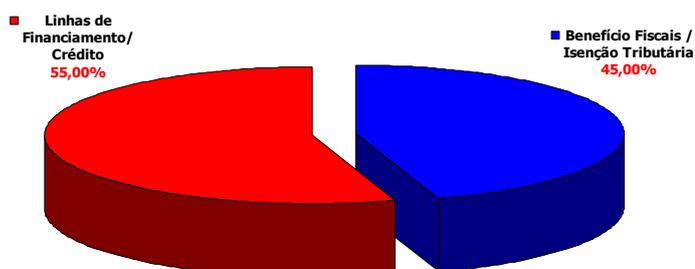
Dessa forma, o FNDC continua a meramente reproduzir o discurso das grandes mídias, em vez de cumprir seu objetivo de “fomentar a capacitação dos cidadãos para a leitura crítica dos meios de comunicação, nas diversas modalidades, e para o debate da estética, a partir da compreensão da linguagem e dos artifícios empregados”.

Os aspectos políticos e econômicos dentro da análise desta pesquisa ficaram como a segunda categoria com maior incidência de notícias relativas ao tema. Dentro os assuntos ligados a “Benefícios Fiscais/Isenção Tributária”, a abordagem com maior frequência foi “a possibilidade de incentivos fiscais para reduzir o preço do conversor” com 77,78%.

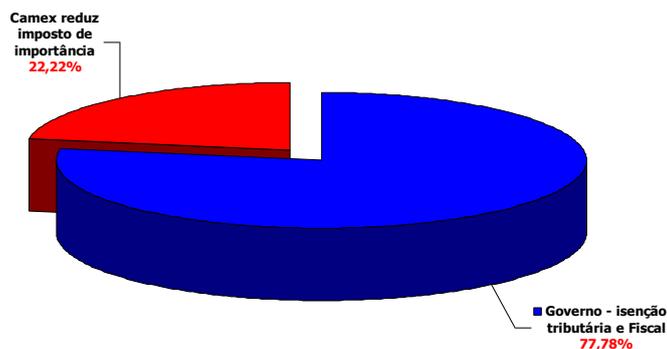
QUADRO 7

QUADRO 8

Categoria Aspectos Políticos e Econômicos Subcategorias

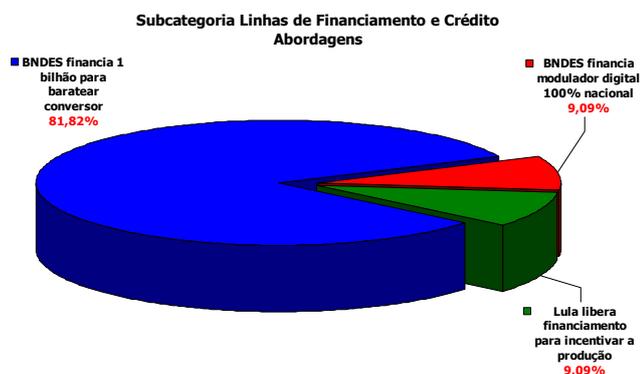


Subcategoria Benefícios Fiscais/ Isenção Tributária Abordagens



Já as matérias jornalísticas que se enquadraram na subcategoria “Linhas de Financiamento e/ou Crédito”, tiveram como principal assunto “a aprovação de uma linha de financiamento de 1 bilhão de reais para a rede varejista com o objetivo de baratear o conversor”.

QUADRO 9



Evidencia-se que as notícias mencionadas acima parecem ser atitudes paliativas do Governo para fazer com que o SBTVD alcance uma fatia maior da sociedade, já que o decodificador – que está a preço inacessível para grande parte da população – é o arquétipo que garante a elas o acesso à TV Digital e a recursos como multiprogramação e interatividade, quando disponíveis. Vale mencionar que o Governo decidiu adotar a tecnologia japonesa de TV Digital, mesmo sabendo que o aparelho conversor passaria a custar mais caro – como mostrado na tabela 1.

TABELA 1

Projeções de preços de conversores

MODELO	Básico	Intermediário 1	Intermediário 2	Avançado 1	Avançado 2
Funcionalidades	SD MPEG-2 Áudio estéreo sem Interatividade	SD MPEG-2 Áudio estéreo com Interatividade local	SD MPEG-2 Áudio estéreo Interatividade c/ canal de retorno	HD MPEG-2 Áudio surround Interatividade c/ canal de retorno	HD H.264 Áudio surround Interatividade c/ canal de retorno
Preço de Venda* (R\$)					
ATSC	256,00	398,00	555,00	655,00	715,00
DVB	233,00	373,00	530,00	602,00	662,00
ISDB	276,00	420,00	577,00	701,00	761,00
Preços Relativos					
ATSC	1,10	1,07	1,05	1,09	1,08
DVB	1	1	1	1	1
ISDB	1,18	1,13	1,09	1,16	1,15

Fonte: CPqD (2006b, p. 72)

Segundo Cruz (2006, p. 99) “desde o início do processo, o ministro Hélio Costa defendia o sistema japonês”. Nesse momento, o objetivo de incluir digitalmente os brasileiros volta a não ser cumprido. O Fórum Nacional pela Democratização, ao contrário da mídia tradicional, poderia mobilizar a sociedade civil através de seus associados e incentivar a expressão social no processo de escolha dos padrões de teledifusão digital disponíveis. Todavia, ao considerar que essa iniciativa não foi tomada pelo fórum, o objetivo do FNDC de “favorecer uma ampla participação de todos os setores da associação na formulação de políticas públicas de comunicações” também não foi atendido.

Na subcategoria “Frequência de canais”, não houve nenhuma matéria jornalística enquadrada. É necessário enfatizar que os canais – também conhecidos como espectros eletromagnéticos – são um bem público limitado e não um direito adquirido das empresas televisivas. O Estado é que outorga uma concessão pública para que empresas ou instituições transmitam uma programação em 6 MHz. Na tecnologia digital, será possível transmitir som e imagem em melhor qualidade, de modo aperfeiçoado, ocupando espectro menor. Isto é, os mesmos 6 MHz que comportavam uma programação com a tecnologia analógica, poderá suportar até quatro programações com o sinal digital. Para a associação Intervozes (2006, p 04), “do ponto de vista legal, as emissoras de televisão receberam suas concessões para transmitir apenas uma única programação”.

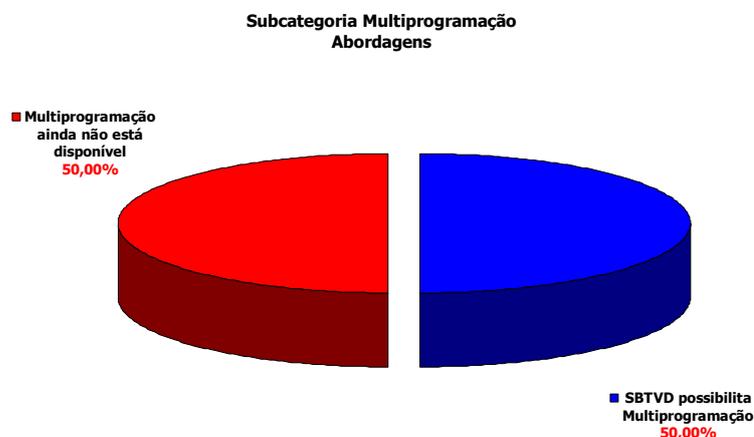
Infere-se, assim, que deveria haver uma redistribuição da faixa dos 6 MHz por parte do Estado, o que permitiria, além da multiplicação de canais, a entrada de novas emissoras de TV. Para Cruz (2006, p. 213), “se os meios fossem controlados por um único grupo [de comunicação], a visão deste grupo sobre os acontecimentos passaria a ser considerada verdadeira”, por isso mostra-se de grande importância que as discussões que envolvessem esse bem público fossem amplamente divulgadas e defendidas pelo FNDC. O que se percebeu com a análise de conteúdo é que a sociedade civil foi negligenciada e a instituição não cumpriu com seu quarto objetivo⁹.

Nesse caso, a multiprogramação também deveria ser assunto levado ao conhecimento geral para discussão, não somente pelo caráter democrático que os debates gerariam, mas pelo fato de que, segundo a associação Intervozes, trata-se de tecnologia ainda não permitida pela legislação atual. No *clipping* do Fórum, os assuntos relativos à multiprogramação tiveram somente abordagem técnica. As duas matérias publicadas sobre o assunto enfocaram somente

⁹ Estabelecer novas relações entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil, no que se refere à estruturação dos sistemas de comunicações e na definição dos conteúdos veiculados e do papel cultural, político e econômico desempenhado pelos meios de comunicação;

que o SBTVD possibilita a multiplicidade na transmissão de programas pelas emissoras, algo que não está disponível no Brasil.

QUADRO 10



Cruz (2006, p. 203) também afirma que: “o poder político das emissoras de televisão acaba por se refletir na legislação do setor de comunicações. A influência é exercida tanto no Executivo quanto no Legislativo”. Isso pode ser evidenciado na análise da categoria “Aspectos Legais”, em que a única matéria demonstrava o interesse das emissoras em proibir a gravação dos conteúdos televisionados em alta definição, o que é inconstitucional, como afirma Mizukami¹⁰.

Além disso, sistemas de DRM¹¹ contrariam diretamente o perfil de liberdade e abertura que o SBTVD deve ter por mandamento constitucional. O art. 155, X, "d" da Constituição se refere aos serviços de radiodifusão sonora e de imagem como de recepção "livre e aberta". E a própria legislação da TVD garante que nada muda com a digitalização.

Considerações finais

Assim, conclui-se que o FNDC deixa a desejar de duas formas: por permitir que muitos assuntos pertinentes à implantação do SBTVD, mas que não interessavam a grande mídia, não fossem levados ao conhecimento da sociedade civil, não cumprindo assim com muitos objetivos da própria instituição; por reproduzir o discurso da mídia de massa e as ideologias nele presentes. Como afirma Cruz¹² sobre o processo de implantação da TV digital

¹⁰ CHARÃO, Cristiane. **TV digital e o risco à recepção livre e aberta**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=478TVQ004>. Acesso em: 03 jan. 2009.

¹¹ No Brasil conhecido como mecanismo de controle anticópia.

¹² Informação verbal dada na Banca de qualificação do pesquisador em julho de 2008 na Universidade Metodista de São Paulo em São Bernardo do Campo-SP.

no Brasil: “foi uma discussão de política e de mercado que os participantes tentaram disfarçar como uma discussão técnica. Até para manter a maioria das pessoas afastadas”.

Nesse sentido, Castells (2007, p. 17-18, grifo nosso) é categórico ao afirmar que:

A informação e a comunicação sempre foram vetores dos poderes dominantes, dos poderes alternativos, das resistências e das mudanças sociais. O poder de influência sobre o pensamento das pessoas – que é exercido pela comunicação – é uma ferramenta de resultado incerto, porém fundamental. **É apenas através do exercício da influência sobre o pensamento dos povos que os poderes se constituem em sociedades, e que sociedades evoluem e mudam.** [...] se um povo modifica radicalmente seu modo de ver as coisas, se ele passa a pensar de maneira diferente e por si mesmo, não há poder que possa se opor. [...] Eis o motivo pelo qual a comunicação é a pedra de toque do poder.

Evidencia-se que o FNDC, para cumprir com seu objetivo de democratizar a comunicação, deveria trabalhá-la de forma massiva, não se limitando a atuar na esfera do congresso nacional.

Torna-se claro também na implantação do SBTVD-t que ele ainda continua sendo para poucos e indiferente para as classes mais baixas, atingindo somente dois milhões dos 5,5 milhões de domicílios na grande São Paulo¹³. Além disso, o aumento das vendas dos conversores previsto pelos fabricantes e radiodifusores ainda não aconteceu. Os motivos alegados pelos fabricantes e radiodifusores para a baixa adesão à TV Digital são os preços do *set-top Box*¹⁴ e dos televisores com conversores embutidos.

Apesar das iniciativas, ainda se percebe que a principal premissa do Governo, que é propiciar a inclusão digital e social dos brasileiros, não está sendo cumprida por dois motivos: o custo da tecnologia e o fato de a TV Digital não poder ser experimentada em sua totalidade.

Atualmente, as únicas vantagens proporcionadas a quem recebe o sinal digital em casa são a melhoria da qualidade da imagem e do som (que não sofrem com interferências), além da mobilidade que permite ver a programação em dispositivos portáteis como celulares e *Handhelds*. A interatividade, o acesso à rede mundial de computadores e aos serviços como comércio, banco, governo eletrônico, educação à distância e o T-saúde eram apenas promessas para o final de 2008¹⁵ e que não foram cumpridas.

¹³ **TV Digital atinge só 10 mil domicílios na Grande SP.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u367756.shtml>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

¹⁴ Caixa conversora responsável por transformar o sinal digital em analógico;

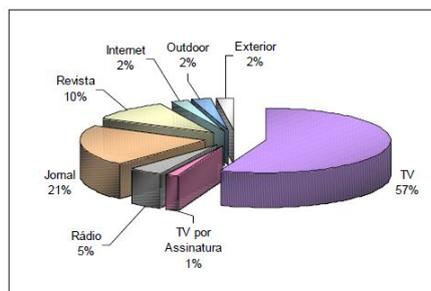
¹⁵ **Guia prático da televisão secreta.** Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=462TVQ002>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

Outra questão que necessita de acompanhamento diz respeito ao desenvolvimento da indústria das tecnologias da informação e comunicação no Brasil. Antes da escolha do padrão tecnológico pelo Governo brasileiro houve rumores de que a opção pelo padrão japonês (ISDB) traria para o país uma fábrica de semicondutores¹⁶, algo que até o momento não aconteceu. Também há a esperança de um crescimento na indústria de *softwares*, que somam mais de cinco mil companhias pelo Brasil, mas correspondem a menos de 20% do que é comercializado no país¹⁷.

Deve-se perceber que a televisão ainda pode surpreender e figurar como uma das soluções do Governo Federal para a inclusão digital e social. Um dos caminhos a ser seguidos é levar às pessoas a informação “mais acessível e completa sobre o que significa a TV Digital e a alta definição para os telespectadores em geral” (SIQUEIRA, 2008, p. 03). O outro poderá ser a adoção da tecnologia nipo-brasileira nos outros países da América do Sul. Dessa forma, as empresas do setor poderiam produzir em maior escala o que iria baratear os componentes utilizados na produção da caixinha conversora e, com isso, o *set-top Box* mais avançado, que permite todas as funcionalidades da nova mídia, poderá ser acessível às classes menos abastadas.

QUADRO 11

Divisão das verbas publicitárias nos diversos meios



Fonte: CPqD (2006)

No entanto, vale lembrar que certamente ainda existem problemas que não foram sanados desde o início da Sociedade Informacional, como a exclusão digital e social – problema este que o Governo Federal tem a pretensão de diminuir com a TV Digital. O que segundo as notícias do clipping on-line do FNDC está longe de acontecer.

¹⁶ Vale ressaltar, que a implantação de uma fábrica de semicondutores no Brasil foi prerrogativa do presidente Lula para a escolha do padrão japonês de Televisão Digital. A instalação de uma fábrica de semicondutores no Brasil seria muito benéfica já que todo equipamento digital necessita de *chip*, sendo assim, outros setores como o de celulares e computadores também seriam beneficiados.

¹⁷ **O Sistema Brasileiro de Televisão Digital passo a passo.** Disponível em: <<http://www.cpqd.com.br/1/2005+o-sistema-brasileiro-de-televisao-digital-passo-a-passo-tv-digital.html>>. Acesso em: 18 abr. 2008.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa – PT: Edições 70, 1977

BRASIL. Decreto n.º 4.901, de 26 de Novembro de 2003. Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD, e dá outras providências. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 nov. 2003. Seção 1;

Cartografia audiovisual brasileira de 2005: um estudo quali-quantitativo de TV e cinema. Campinas: CPqD, 2006a.

CASTELLS, Manuel. A era da intercomunicação. In: Le Monde diplomatique. **Caminhos para uma comunicação democrática**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007. p.17-28;

CHARÃO, Cristiane. **TV digital e o risco à recepção livre e aberta**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=478TVQ004>. Acesso em: 03 jan. 2009;

CPqD. **Modelo de referência**: Sistema brasileiro de televisão digital terrestre. Funttel – Projeto Sistema Brasileiro de Televisão Digital. OS 40539. Campinas: CPqD, 13 fev. 2006b.

CRUZ, Renato Bueno da . **Fora da caixa**: o processo de decisão sobre o sistema de TV digital no Brasil. 2006. 258p.

CRUZ, Renato Bueno da. **TV digital no Brasil**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/tvdigital/>>. Acesso em: 26 jan. 2009

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006

Guia prático da televisão secreta. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=462TVQ002>>. Acesso em: 20 abr. 2008;

Interatividade com sistema digital muda propaganda na TV. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u360636.shtml>>. Acesso em: 22 abr. 2008;

INTERVOZES. **Informativo Intervozes**. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/publicacoes/revistas-cartilhas-e-manuais/TVDigital.pdf/view>. Acesso em: 01 jan. 2009.

INTERVOZES. **TV digital**: decisão em ano eleitoral revela os interesses dos que não querem democratizar as comunicações. São Paulo: Intervozes, 2006;

INTERVOZES. **TV digital**: saiba por que você precisa participar desse debate. São Paulo: Intervozes, 2005;

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2º ed. São Paulo: Harbra, 1987;

MACHADO FILHO, Francisco. **TV digital**. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006;

MONTEZ, Carlos; BECKER, Valdecir. **TV digital interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005;

O Sistema Brasileiro de Televisão Digital passo a passo. Disponível em:
<<http://www.cpqd.com.br/1/2005+o-sistema-brasileiro-de-televisao-digital-passo-a-passo-tv-digital.html>>. Acesso em: 18 abr. 2008.

SQUIRRA, Sebastião. Contextualizando a TV digital. **Comunicação e Sociedade**: revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: Umesp, n. 48, p. 13-26, 2007.

SQUIRRA, Sebastião. **Sociedade do conhecimento**. Disponível em:
<http://www.comtec.pro.br/prod/artigos/squirra_soc.pdf>. Acesso em: 24 de out. 2008

TV digital atinge só 10 mil domicílios na Grande SP. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u367756.shtml>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

TV Digital falha em 33% de SP, diz estudo. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u389454.shtml>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

ZANNI, Marco Aurélio. Taiwanesa Proview mostra conversor de TV digital de 199 reais. **Revista INFO**, São Paulo, 15 jul. 2008. Disponível em:
<http://info.abril.com.br/blog/gadgets/20080715_listar.shtml?94735>. Acesso em: 28 ago. 2008;